



**CONSELHO DA
UNIÃO EUROPEIA**

**Bruxelas, 24 de junho de 2014
(OR. en)**

11298/14

**COPEN 179
EUROJUST 120
EJN 64**

NOTA

de: Kornelios Korneliou, Embaixador, Representante Permanente, Representação Permanente de Chipre junto da União Europeia

para: Rafael Fernández-Pita y González, Diretor-Geral, Conselho da União Europeia

Data de receção: 11 de junho de 2014

Assunto: Decisão-Quadro 2008/909/JAI do Conselho de 27 de novembro de 2008 relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças em matéria penal que imponham penas ou outras medidas privativas de liberdade para efeitos da execução dessas sentenças na União Europeia
– Notificação pela República de Chipre

Senhor Diretor-Geral,

A fim de dar cumprimento às obrigações da República de Chipre decorrentes da decisão-quadro em epígrafe, tenho a honra de enviar a V. Exa. em anexo as declarações/notificações pertinentes da República de Chipre e o texto da sua lei de 2014 sobre o procedimento para o reconhecimento e a execução das sentenças dos Estados-Membros da União Europeia que imponham penas ou outras medidas privativas de liberdade (Lei n.º 67 (I)/2014).

(Fórmula de cortesia)

(ass.) Kornelios Korneliou

Decisão-Quadro 2008/909/JAI do Conselho de 27 de novembro de 2008 relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças em matéria penal que imponham penas ou outras medidas privativas de liberdade para efeitos da execução dessas sentenças na União Europeia

Notificação pela República de Chipre nos termos do artigo 29.º, n.º 2

Nos termos do artigo 29.º, n.º 2, da decisão-quadro, a República de Chipre comunica pela presente à Comissão Europeia e ao Secretariado-Geral do Conselho o texto da legislação nacional – Lei n.º 67 (I)/2014 – que transpõe a decisão-quadro em epígrafe para o seu direito interno.

A Lei n.º 67 (I)/2014 entrou em vigor em 23 de maio de 2014 após a sua publicação no Jornal Oficial da República.

Notificação nos termos do artigo 2.º, n.º 1

As autoridades competentes da República de Chipre são:

1. Se o Estado de emissão for a República de Chipre, a autoridade competente para proferir sentenças na República de Chipre é o tribunal de segunda instância ou o tribunal de primeira instância que proferiu a sentença.
2. Se o Estado de execução for a República de Chipre, a autoridade competente para a execução da condenação é o tribunal de primeira instância da jurisdição territorial onde a pessoa contra a qual outro Estado-Membro proferiu uma sentença tem a sua residência habitual.

Além disso, a República de Chipre notifica pela presente a Comissão Europeia e o Secretariado-Geral do Conselho de que o Ministério da Justiça e da Ordem Pública é a autoridade competente para receber e enviar pedidos de trânsito. Os contactos do Ministério da Justiça e da Ordem Pública são os seguintes:

125 Athalassas Avenue

1461 Nicosia, Chipre

Tel.: +357 22805950/951

Telecópia: +357/22518356

Endereço electrónico: registry@mjpo.gov.cy

Declaração nos termos do artigo 23.º, n.º 1

A República de Chipre aceita certidões em grego ou inglês.

Declaração nos termos do artigo 23.º, n.º 3

Nos termos do artigo 23.º, n.º 3, a República de Chipre declara que, na sua qualidade de Estado de execução, pode solicitar que a sentença ou as suas partes essenciais sejam acompanhadas de uma tradução para grego ou inglês.
